

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E SEUS MODOS DE CONDUZIR DOCÊNCIAS

Victória Luiza Vargas dos Santos¹
Fernanda Wanderer²

RESUMO

O artigo tem o propósito de examinar os modos de ser professor alfabetizador gestados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), que vigorou no país de 2019 a 2023. O referencial teórico emerge das reflexões de Michel Foucault e seus comentadores sobre os conceitos de governamentalidade e análise do discurso. O material empírico é constituído pelos documentos que conformam a PNA: o texto que institui a Política Nacional da Alfabetização; o documento técnico-científico do Programa Nacional do Livro Didático; o manual sobre o *GraphoGame*; o Manual *Conta pra mim: Guia de literacia familiar* e o livro *Práticas de Alfabetização: Livro do Professor Alfabetizador*. A análise mostrou três resultados. O primeiro vincula-se à importância que a PNA confere ao educador. O segundo é que o papel do docente se desloca daquele que ensina para aquele que guia a aprendizagem, centrada no estudante. O terceiro resultado evidencia as fortes relações entre alfabetização, evidências científicas e discurso psicológico. Assim, o estudo indica que a PNA se constitui em um mecanismo que captura e conduz as docências dos professores alfabetizadores, posicionando-os como facilitadores de um processo de alfabetização regulado pelo discurso psicológico, desconsiderando outras formas de alfabetizar.

Palavras-chave: Política Nacional de Alfabetização; governamentalidade; docências.

THE NATIONAL LITERACY POLICY AND ITS METHODS OF CONDUCTING TEACHING

ABSTRACT

The article aims to examine the ways of being a literacy teacher created by the National Literacy Policy (PNA), which was in force in the country from 2019 to 2023. The theoretical framework emerges from the reflections of Michel Foucault and his commentators on the concepts of governmentality and speech analysis. The empirical material consists of the documents that make up the PNA: the text that establishes the National Literacy Policy; the technical-scientific document of the National Textbook Program; the manual about *GraphoGame*; the manual *Tell Me: Family Literacy Guide* and the guide *Literacy Practices: Literacy Teacher's Book*. The analysis showed three results. The first is linked to the importance that the PNA gives to the educator. The second is that the role of the educator shifts from one who teaches to one who guides learning, centered on the individual. The third result highlights the strong relationships between literacy, scientific evidence and psychological discourse. Thus, the study allows us to affirm that the PNA constitutes a mechanism that captures and guides the teaching of literacy teachers, positioning them as facilitators of a literacy process regulated by psychological discourse, disregarding other forms of literacy.

Keywords: National Literacy Policy; governmentality; teaching.

Submetido em: 13/3/2024

Aceito em: 5/2/2025

Publicado em: 23/4/2025

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2056-5052>

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8198-7104>

INTRODUÇÃO

O artigo insere-se nas discussões a respeito da instituição de políticas públicas educacionais no Brasil, em especial a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que vigorou de 2019 a 2023. Apresenta resultados de uma pesquisa mais ampla realizada com o propósito de examinar os modos de ser professor alfabetizador gestados pela PNA. O referencial teórico adotado emerge das reflexões de Michel Foucault e seus comentadores sobre os conceitos de governamentalidade e análise do discurso.

Instituída em 2019, no governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, a PNA integrou uma série de ações governamentais endereçadas à área da educação. Especificamente, no dia 11 de abril de 2019, a partir da Lei 9394/96 artigo 8º, que define a União como coordenadora da Política Nacional de Educação, e da Lei 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), foi homologado o Decreto nº 9.765 (Brasil, 2019). O texto do Decreto, intitulado Política Nacional de Alfabetização, tem em vista corroborar e cumprir as metas 5 e 9 do PNE, que correspondem a alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, elevar a taxa de alfabetização da população e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. No lançamento da Política é expresso que sua criação pode ser considerada “o primeiro passo para que o país ingresse no rol de países que buscam fundamentar suas políticas públicas para alfabetização em evidências científicas” (Brasil, 2019, p. 40).

A PNA materializou-se por meio de um conjunto de ações desencadeadas para abranger professores e gestores das escolas, familiares dos alunos e editoras com vistas a orientar os sujeitos escolares sobre o processo de alfabetização das crianças brasileiras. Os documentos que compõem a PNA são: 1) O texto que institui a Política Nacional da Alfabetização (Brasil, 2019); 2) O Documento Técnico-Científico do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (Brasil, 2022); 3) O manual sobre o *GraphoGame* (Brasil, 2021a); 4) O manual *Conta pra mim: Guia de literacia familiar* (Brasil, 2020); 5) *Práticas de Alfabetização: Livro do Professor Alfabetizador* (Brasil, 2021b).

Desde a sua instituição, um conjunto de investigações sobre a PNA foram efetivadas no cenário acadêmico brasileiro, envolvendo seus propósitos e documentos, sustentadas por diferentes matrizes teóricas, como as realizadas por Alves (2021), Santos (2021), Kappi (2021), Almeida (2022), Bragamonte (2022), Santos (2023) e Galvão (2023). Os trabalhos de Santos (2021), Santos (2023) e Galvão (2023) direcionaram o foco para as relações entre a Política e o contexto neoliberal. A investigação de Kappi (2021) analisou as concepções de linguagem e de aprendizagem presentes em um dos Cursos de Formação da PNA. Elementos sobre a formação do professor alfabetizador também foram objetos dos estudos de Almeida (2022) e Alves (2021), percebendo que as propostas dos cursos de formação da Política não contemplam a heterogeneidade das salas de aula e tendem a homogeneizar as estratégias de ensino. Destaca-se, ainda, a tese de Bragamonte (2022) que escrutinou os discursos da PNA relacionados à inclusão, usando o mesmo referencial teórico que o presente artigo.

Ao concluir a revisão de literatura, percebemos que os trabalhos citados relacionam-se ao nosso estudo no sentido de problematizar a PNA e seus efeitos sobre os sujeitos escolares. Por outro lado, diferem em relação ao material empírico adotado, uma

vez que eles se aprofundaram em um ou dois documentos criados a partir da PNA. Nossa investigação escrutinou os cinco documentos buscando por suas formas de conduzir as condutas de um professor alfabetizador. Em vista disso, entendemos que o artigo possibilita outras discussões sobre a Política, enriquecendo o debate a seu respeito e das docências contemporâneas na área da alfabetização. Na próxima seção apresentamos o referencial teórico e metodológico que guiou a criação e o desenvolvimento desta pesquisa.

BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Como expresse anteriormente, as bases teóricas e metodológicas que sustentaram a pesquisa apresentada no artigo emergem do pensamento de Michel Foucault e seus comentadores, em especial as ferramentas da governamentalidade e da análise do discurso. Ao mencionarmos o uso de ferramentas foucaultianas, acompanhamos Veiga-Neto (2007, p. 17) quando expressa que Foucault não buscava fundar uma escola ou mesmo um método, mas desejava que “suas contribuições fossem tomadas como ferramentas”, para que os conceitos utilizados funcionem como “um catalisador, um mobilizador, um ativador para o nosso pensamento e nossas ações”.

Neste sentido, utilizamos os conceitos da governamentalidade e da análise do discurso para ativar nosso pensamento com vistas a produzir algumas reflexões sobre a PNA e suas formas de conduzir as docências de um professor alfabetizador. O estudo aproxima-se de trabalhos que usaram como referencial teórico e metodológico a matriz foucaultiana para escutinar, especificamente, políticas educacionais contemporâneas do governo federal, como evidenciado nas pesquisas de Lockmann (2019), Manfré (2022), Faleiro (2022) e Fabis (2023).

Em efeito, à medida que examinamos as ações do governo, como a instituição de políticas educacionais, percebemos manifestações do que Foucault (2008) expressa como sendo modos de conduzir condutas ou uma prática de governo, discussão realizada pelo filósofo ao final da década de 70. Na obra *Segurança, Território e População*, Foucault (2008) problematiza questões acerca do problema do governo no século 16, não limitadas à concepção de governo do Estado, mas refletindo sobre o governo de si, das almas e das condutas. O filósofo elenca duas razões para a emergência desses movimentos: por um lado, o esmaecimento das estruturas feudais, que se transformaram em Estados territoriais, e, por outro, a Reforma e a Contrarreforma. É o cruzamento dessas problemáticas que coloca em questão “como ser governado, por quem, até que ponto, com que fim, por que métodos” (Foucault, 2008, p. 119).

Na aula de 1º de fevereiro de 1978, o filósofo define o conceito de governamentalidade, entendido por ele como:

1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais: os dispositivos de segurança.
2. A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

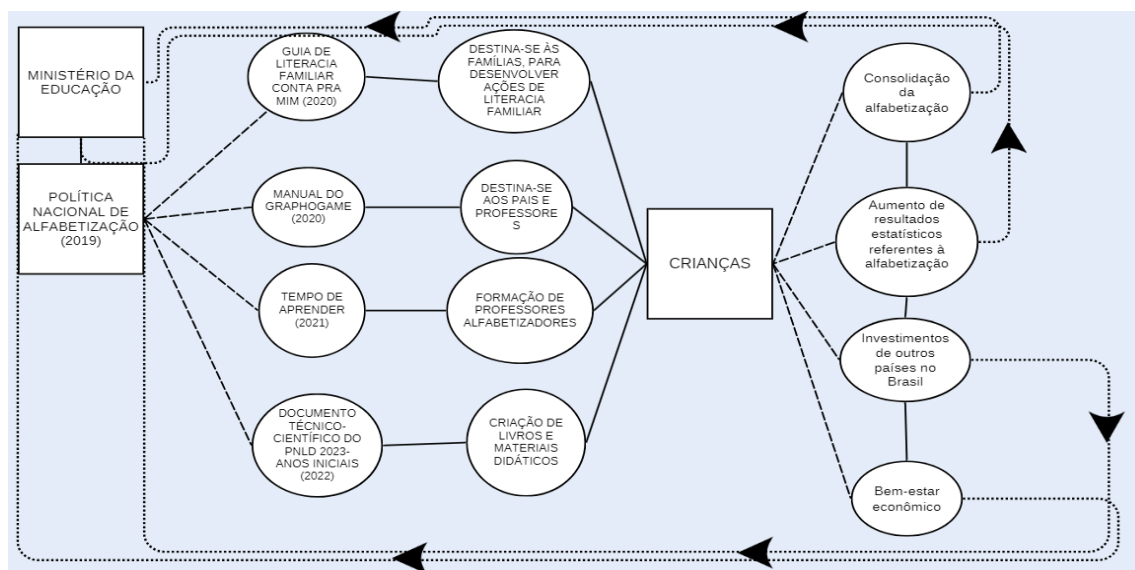
3. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (Foucault, 2008, p. 143-144).

Na área da educação, discussões envolvendo as artes de governo tornaram-se potentes nos últimos anos, principalmente aquelas que se relacionam ao primeiro entendimento de governamentalidade mencionado pelo filósofo. Seguindo essa compreensão, diríamos que a PNA pode ser considerada um conjunto de ações que permitem exercer uma forma específica e complexa de poder que tem por alvo a população, aqui entendida como os professores alfabetizadores, gestores, familiares e as crianças.

De uma forma mais específica, nos apoiamos no conceito de governamentalidade em cadeia, como discutido por Klein (2017), para compreendermos as ações desencadeadas pela PNA. Utilizando-se das reflexões foucaultianas, Klein (2017) entende a governamentalidade em cadeia como um conjunto de ações rizomáticas que objetivam chegar aos atores escolares (pais, estudantes, equipe diretiva, professores). Ao explicitar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como uma ação ou ato de governar, uma estrutura que perpassa as instâncias de governo, Klein (2017) destaca que tal índice se espalha e se desdobra para chegar ao sujeito a quem se destina e, depois, retornar em resultado àquele que o gerou. Klein (2017) define o governo em cadeia como um esquema de cadeias, cuja intenção é a criação de documentos oficiais e legais com um fim específico.

Essas cadeias agem de forma descendente e ascendente. A forma descendente inicia-se na maior instância, no caso, no Ministério da Educação, até chegar ao aluno, que seria o nível micro. A partir da resposta da parte micro da cadeia, esta retorna como ascendente, passando por todas as instâncias até chegar à maior delas, na qual foi constituída (Klein, 2017). A imagem a seguir nos auxilia a mostrar essas políticas como constituintes do governo em cadeia:

Figura 1 – Movimentos desencadeados pela PNA



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Como discutido por Klein (2017), é no aluno que se centram as investidas, usando os familiares e os professores como veículos, e são as crianças que determinarão “se o retorno alcançado será ou não desejável – uma boa qualidade na educação” (Klein, 2017, p. 75). Seguindo a reflexão da autora, podemos pensar no lugar que a família e o bem-estar econômico ocupam para o sucesso das políticas. No caso específico da PNA, se esta favorecer a erradicação do analfabetismo, o bem-estar econômico estará atrelado a isso, bem como aos dados estatísticos que garantem melhores posições de desenvolvimento do país, trazendo, por sua vez, mais investimentos externos.

Como evidenciamos até aqui, a ferramenta da governamentalidade em cadeia nos auxilia a perceber as ações da PNA como mecanismos de captura e condução de condutas dos sujeitos escolares, em especial os docentes alfabetizadores (foco de nossa pesquisa). Isso nos afasta de discussões vinculadas à avaliação da Política ou dos modos de alfabetizar que ela institui, pois não se trata de examinar seus documentos para buscar significantes ocultos, dissimulados e intencionalmente deturpados com o objetivo de revelar sua verdadeira intenção. O que nos interessa é escrutinar seus efeitos sobre a docência do professor alfabetizador.

Para isso, usamos outra ferramenta da matriz foucaultiana: a análise do discurso. Segundo Fischer (2001, p. 22), essa ferramenta auxilia a perceber os efeitos de sentido que os textos examinados produzem, uma vez que “considera o aspecto formal da linguagem, mas sempre o vê e o trata na sua radical e inseparável relação com os conflitos subjetivos e sociais que envolvem os atos de fala”. Como já tem sido amplamente citado nos trabalhos sustentados pela matriz foucaultiana na área da educação, a discussão sobre discurso encontra-se, basicamente, nas obras *Arqueologia do Saber* (2015) e *Ordem do Discurso* (1996). Em *Arqueologia do Saber* (2015) o filósofo compreende o discurso como um conjunto de enunciados ou “práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala” (Foucault, 2015, p. 60). Em outro ponto, reitera que o discurso não se reduz à linguagem e ao ato da fala: “[...] certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (Foucault, 2015, p. 60).

Além disso, importa mencionar as relações entre a produção do discurso e os regimes de verdade (Fischer, 2001; Oliveira, 2017; Soares, Loguercio, 2017). Como explica Fischer (2001), nossos atos de fala, inscritos no interior de formações discursivas, estabelecem-se a partir de regimes de verdade, “o que significa dizer que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo. As coisas “ditas”, portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo” (Fischer, 2001, p. 219).

Para iniciar a empreitada de uma análise discursiva é preciso “recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas” (Fischer, 2001, p. 198). Foucault ensina a pensar nas “coisas ditas”, nas práticas que estão vivas nos discursos e que deles se alimentam. Assim, a PNA parece instituir-se como uma verdade que captura os sujeitos escolares quanto às formas de se alfabetizar e de ser educador.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (1996, p. 16) destaca que a vontade de verdade impunha um olhar ao sujeito cognoscente, prescrevia um nível técnico para validar o

conhecimento como útil e ainda era reconduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”. A PNA opera dentro da escola instituindo verdades sobre a alfabetização, sobre os melhores métodos para alfabetizar e sobre as melhores formas de ser educador. Essa circulação de verdades é construída “mediante certos procedimentos regrados e está diretamente relacionada aos sistemas de poder que ela própria [a PNA] produz, os quais também são os que a sustentam” (Castro, 2009, p. 421).

Apoiando-nos nessas reflexões teóricas, a primeira etapa da parte metodológica foi selecionar o material empírico, o qual ficou circunscrito aos cinco documentos que constituem a PNA: o texto que institui a Política Nacional da Alfabetização (Brasil, 2019); o manual *Conta pra mim: Guia de literacia familiar* (Brasil, 2020); o manual sobre o *GraphoGame* (Brasil, 2021a); o texto *Práticas de Alfabetização: Livro do Professor Alfabetizador* (Brasil, 2021b), parte do Programa Tempo de Aprender, e o Documento Técnico-Científico do PNLD (Brasil, 2022). Como mencionado anteriormente, esta seleção considerou um dos resultados da revisão de literatura, que apontou para o ineditismo deste material empírico. Uma breve síntese de cada um deles está escrita no quadro a seguir:

Quadro 1 – Materiais empíricos examinados

Programa Educacional	Objetivo	Ano de implementação
Política Nacional de Alfabetização	Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que normatiza e regulamenta a alfabetização baseada em evidências científicas.	2019
Portaria nº 421– Conta pra mim	É composto por um manual de 56 páginas destinados às famílias, um canal de vídeos no YouTube, 44 livros disponíveis para <i>download</i> , “com a finalidade de orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar em todo o território nacional”.	2020
GraphoGame– iniciativa do Programa Tempo de Aprender	É um jogo disponibilizado para as crianças aprenderem sobre os fonemas e as letras; foi construído na Finlândia, comprado pelo Brasil e adaptado pelo Inscer da PUC-RS.	2021
Tempo de Aprender que inclui o documento: Práticas de Alfabetização: Livro do Professor Alfabetizador Cursos destinados a gestores, coordenadores, secretários e professores	Composto por diversos manuais, dois contendo estratégias e atividades e dois relacionados ao Curso ABC – Alfabetização Baseada na Ciência, disponibilizado pelo MEC, que orienta os professores sobre os anos iniciais e a alfabetização pelo método fônico, como prevê a Política Nacional de Alfabetização.	2021

Documento técnico-científico Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2023 Anos Iniciais do Ensino Fundamental	O Programa não é novo, já é realizado desde 1985, mas os documentos referenciais técnico-científicos alinhados a uma política como a PNA é que são inéditos. Tal documento propõe-se a orientar e justificar a escolha dos livros de acordo com a Política Nacional de Alfabetização. O edital e o documento objetivam realizar processos de escolha e distribuição de livros didáticos em milhões de escolas públicas brasileiras.	2022
--	---	------

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Para proceder ao exame desses materiais, seguimos as indicações de Luiz, Silva e Bengtson (2019) a respeito das formas de operar com a análise do discurso. Para os autores, essa análise sustenta-se em algumas etapas: inicialmente, é preciso transcrever o *corpus* do trabalho (as falas, os textos, os documentos); em segundo lugar torna-se importante entender de que maneira o objeto torna-se discursivo, buscando encontrar as recorrências e dispersões e, em terceiro lugar, trata-se de identificar as regras que conduzem à produção dos discursos. Para tanto, começamos com a leitura atenta dos excertos presentes nos documentos, separando-os para observar o que neles identificávamos como imperativo, observando as formas de escrita, as recorrências e as contradições.

Destacando os excertos, escrevamos comentários sobre as possibilidades de relação, como se, além de percorrer caminhos, pudéssemos construí-los ao nosso modo para caminhar entre essas intenções de escrutínio e os autores que nos ajudaram a desbravar trilhas e construir um eixo analítico. É, portanto, na tentativa de mobilizar as discussões em torno do mecanismo da PNA pelo viés teórico-metodológico da governamentalidade e da análise do discurso que passamos a discutir, na próxima seção, a constituição da docência do professor alfabetizador.

PROFESSOR ALFABETIZADOR MODULADO PELO DISCURSO PSICOLÓGICO

O exame dos documentos que compõem a PNA evidenciou algumas recorrências, as quais nos permitiram construir um eixo de análise que será apresentado e discutido nesta seção. Inicialmente é importante destacar que a PNA manifesta a relevância do educador nos processos de alfabetização dos sujeitos escolares. Todos os materiais e orientações da Política sustentam enunciações que articulam a tríade: alunos, professores e a alfabetização. Os excertos a seguir mostram essa questão:

A estratégia de ensino é uma forma de ensinar um conteúdo. Desse modo, os alunos aprendem, por exemplo: que uma palavra é composta por partes menores, chamadas sílabas; que cada letra expressa um som; ou, ainda, que as histórias têm começo, meio e fim. A dinâmica da estratégia é simples: • primeiro o professor apresenta e demonstra o conteúdo; • depois faz o mesmo processo junto com os alunos; • então, em grupo, os alunos praticam sem auxílio do professor; • por fim, é oferecida oportunidade para a prática individual (Brasil, 2020, p. 17).

Professor, a maneira como você fala, a linguagem que você usa e a forma como encoraja seus alunos são fundamentais para desenvolver-lhes o vocabulário (Brasil, 2021a, p. 170).

As políticas e as práticas educacionais devem ser orientadas pelas melhores evidências em relação aos prováveis efeitos e aos resultados esperados, exigindo que professores, gestores educacionais e pessoas envolvidas na educação consultem a literatura científica nacional e internacional para conhecer e avaliar o conhecimento mais recente sobre os processos de ensino e de aprendizagem (Brasil, 2019, p. 20).

Nesses fragmentos percebe-se a importância do professor para a aprendizagem, tendo em vista que as crianças precisam ser conduzidas de formas específicas para atingirem com êxito a alfabetização. No segundo trecho observa-se a linguagem explícita com que a Política direciona o trabalho do docente, orientando-o: “a maneira como você fala, a linguagem que você usa e a forma como encoraja seus alunos são fundamentais para desenvolver-lhes o vocabulário”. Essa forma de se dirigir aos educadores, por um lado, centraliza-os como os realizadores do processo, como maquinaria capaz de fazer com que as engrenagens funcionem conforme o esperado; por outro lado, a Política apresenta a receita completa de como se deve fazer: “primeiro o professor apresenta e demonstra o conteúdo; depois faz o mesmo processo junto com os alunos; então, em grupo, os alunos praticam sem auxílio do professor; por fim, é oferecida oportunidade para a prática individual”.

Assim, a Política engendra a produção de um modo específico de ser docente que deve: encorajar os estudantes e estar sempre atualizado no “conhecimento mais recente sobre os processos de ensino e aprendizagem”. Olhando, porém, mais atentamente para os documentos da PNA, diríamos que o sujeito professor deve voltar-se não tanto ao ensino, mas à aprendizagem. Aqui encontra-se a segunda parte de nossa argumentação: o papel do educador, ao alfabetizar as crianças, desloca-se daquele que ensina para aquele que guia a aprendizagem. Os excertos a seguir podem evidenciar esse ponto:

O alfabetizando deve ser guiado gradualmente durante a aprendizagem dessas relações grafofonêmicas. Não se trata de uma aprendizagem que ocorre de modo espontâneo, com a mera exposição a material escrito (Brasil, 2019, p. 18).

Estudos mais recentes mostram que o GraphoGame é ainda mais eficaz quando utilizado em conjunto com atividades de sala de aula, com um programa de alfabetização e com um currículo rico em linguagem oral. Todo professor sabe que, para formar um leitor, é preciso mais que aprender as relações entre as letras e os sons da língua. Mas esse aprendizado é fundamental para os passos seguintes na aprendizagem da leitura. O GraphoGame vem para auxiliar essa etapa no processo de alfabetização (Brasil, 2021a, p. 9).

Com mais esta iniciativa, seguimos firmes no objetivo de assegurar, por muitos meios, o direito à alfabetização e, assim, impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em seus diferentes níveis e etapas, a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país (Brasil, 2022, p. 12).

Os fragmentos que escolhemos apresentar aqui nos ajudam a mostrar que o foco da PNA está na aprendizagem do aluno. Esta ideia encontra-se em expressões como as que seguem: “o alfabetizando deve ser guiado gradualmente durante a aprendizagem

dessas relações grafofonêmicas”; “todo professor sabe que, para formar um leitor, é preciso mais que aprender as relações entre as letras e os sons da língua”, “seguimos firmes no objetivo de assegurar, por muitos meios, o direito à alfabetização e, assim, impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional”. Essas enunciações mostram que o papel do educador é atuar como um guia para que os estudantes possam aprender, não só as relações entre as letras e os sons da língua, mas que possam “aprender a aprender” no decorrer de toda a trajetória educacional.

Entre os vários sentidos que poderíamos estabelecer a partir dessas enunciações, atentamos para o deslocamento que a PNA produz do ensino para a aprendizagem. Tal deslocamento foi discutido por autores como Noguera-Ramírez (2009) e Biesta (2017). Na tese, intitulada “O governo pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem”, Noguera-Ramírez (2009, p. 16) realiza uma retomada histórica da educação para explicar a mudança “do ensino e da instrução para a aprendizagem”. Em sua argumentação o autor situa três momentos da prática educativa: o primeiro seria a sociedade do ensino, nos séculos 16 e 17, marcada pela centralização das práticas de ensino na criação do Estado, gerando o *Homo docilis*. O segundo é a sociedade educadora, que emerge ao final do século 18, pela difusão do novo conceito de educação, em que o *Homo civilis* representava a constituição do sujeito que se desejava formar. Por fim, no século 19, percebe-se a constituição da sociedade da aprendizagem, pela formação do sujeito que aprende a aprender, em que o *Homo discens* se submete a “diversos processos de ensino, disposto a aprender durante toda a sua vida, como condição para atingir uma determinada forma desejável de ser humano” (Noguera-Ramírez, 2009, p. 24). Percebemos que a PNA se alinha e, ao mesmo tempo, desenvolve este sujeito que “aprende durante toda a sua vida”, como mostramos anteriormente.

A noção de que a Política examinada nesta pesquisa está fortemente entrelaçada com o discurso da aprendizagem pode ser sustentada ainda pelas reflexões de Biesta (2017, 2020). Ao discutir sobre as transformações da docência na contemporaneidade, Biesta (2020, p. 19) afirma que vivemos um tempo de ascensão da ênfase da linguagem da aprendizagem em detrimento do ensino, o que transforma “o professor” em um “sábio no palco” ou “facilitador de aprendizagens”. Ensinar “foi redefinido como apoiar ou facilitar a aprendizagem, assim como a educação é agora frequentemente descrita como propiciadora de oportunidades ou experiências de aprendizagem” (Biesta, 2020, p. 20). Para o autor, embora as ideias de horizontalizar a relação no sentido de tornar o docente um amigo ou um quase colega de classe possam parecer progressistas, elas tendem a produzir efeitos mais complexos no que pode ser o trabalho do docente e no que o ensino pode trazer em si. Um desses efeitos estaria vinculado ao esmaecimento da docência.

Biesta (2017) elenca algumas razões para a emergência do uso do termo *aprendizagem* no campo da educação. A primeira é fruto das novas teorias da aprendizagem que se fixam na Psicologia, especialmente em teorias construtivistas e socioculturais, questionando a aprendizagem como “absorção passiva de informações” (Biesta, 2017, p. 21). A segunda razão estaria fortemente relacionada às teorias críticas e sua influência na prática educacional, “particularmente com respeito à ideia de que

os educadores podem libertar e emancipar seus estudantes transmitindo racionalidade e pensamento crítico” (Biesta, 2017, p. 22). O terceiro motivo da emergência do termo *aprendizagem* como um processo que ocorre no indivíduo está relacionado com as experiências de aprendizagem adulta. Segundo ele, há um mercado de aprendizagens de diferentes formas e por meios diversos, como clubes esportivos, manuais, Internet, entre outros, fazendo com que essa aprendizagem adulta seja “muito mais individualista, tanto em termos de sua forma como em termos de seu conteúdo e objetivo” (Biesta, 2017, p. 22). O autor destaca que não se trata de negar ou excluir o uso do termo *aprendizagem*, mas compreendê-lo como uma questão central a ser refletida, haja vista que o termo produz sentidos e efeitos sobre os sujeitos escolares, como as formas de conceber as docências de professores alfabetizadores.

Aqui está a terceira parte de nossa argumentação: ao mencionar a relevância do professor e de seu papel como um guia para que os estudantes tenham êxito no processo de aquisição da leitura e escrita, nos interessou examinar as tramas discursivas produzidas pela PNA a respeito da alfabetização. Os excertos a seguir nos ajudam a encontrar algumas pistas:

[...] James Heckman, prêmio Nobel de Economia, afirmou que os maiores ganhos decorrem de investimentos em políticas e programas direcionados à primeira infância para reduzir desigualdades sociais. As descobertas recentes nos campos da psicologia cognitiva, da pedagogia e da economia indicam com clareza o caminho a ser trilhado. Não podemos negligenciar o período que vai da gestação até os seis anos de vida de uma criança. É tempo de valorizar a primeira infância! De um lado, fortalecendo a educação infantil (creches e pré-escolas); de outro, envolvendo as famílias no processo de formação de seus filhos (Brasil, 2019, p. 4).

Por ciências cognitivas se designa o campo interdisciplinar que abrange as diferentes disciplinas que estudam a mente e sua relação com o cérebro, como a psicologia cognitiva e a neurociência cognitiva. Embora o interesse da ciência nos processos de leitura e de escrita tenha surgido antes do século XX, as pesquisas e os estudos sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e quais os melhores modos de ensiná-las se aprofundaram somente a partir da década de 1970, quando então avançaram consideravelmente (Brasil, 2019, p. 20).

As pesquisas em psicologia cognitiva e em neurociências nos permitem compreender os mecanismos cognitivos e neurobiológicos que entram em ação na aprendizagem. Esses conhecimentos são importantes, porque nos permitem distinguir o que é simples crença daquilo que são fatos cientificamente estabelecidos. Assim, hoje é possível afirmar que a leitura deve ser objeto de um ensino explícito em suas diferentes dimensões e que, para alcançar as habilidades de bom leitor, é necessário que a atividade seja repetida de modo regular e frequente, a fim de se tornar automática. A automatização só acontecerá para os alunos que tiverem uma prática suficiente de leitura e de escrita. Para que essa prática seja importante, na sala de aula e em casa, é necessário que as atividades propostas suscitem e desenvolvam nos alunos a vontade de ler, a vontade de escrever (Brasil, 2019, p. 28).

O conjunto de fragmentos selecionados evidencia as fortes relações entre alfabetização, evidências científicas e discurso psicológico. A ciência cognitiva é narrada como uma grande novidade de compreensão dos processos de aprendizagem que se desenvolvem no cérebro. Essa afirmativa pode ser ratificada pela seguinte enunciação:

a ciência cognitiva é “o campo interdisciplinar que abrange as diferentes disciplinas que estudam a mente e sua relação com o cérebro, como a psicologia cognitiva e a neurociência cognitiva”. Também observamos sua emergência como evidência científica que ressoa na PNA, ou seja, como a ciência que desvenda “o funcionamento do cérebro, incluindo o que nele acontece durante a aprendizagem da leitura e da escrita”.

No último trecho nota-se a intenção de compreender os processos de aprendizagem e a defesa do ensino sistemático e explícito, afirmando-se que “a leitura deve ser objeto de um ensino explícito em suas diferentes dimensões e que, para alcançar as habilidades de bom leitor, é necessário que a atividade seja repetida de modo regular e frequente, a fim de se tornar automática”. Esse excerto é o comentário de um doutor em Psicologia Genética, um dos 21 especialistas que a Política utiliza como fonte de consulta. Os comentários desses profissionais são apresentados nos recuos das páginas, intitulados “O que dizem os especialistas”, reafirmando o conteúdo evidenciado na página ou tecendo informações complementares. Chama a atenção que, dos especialistas, somente seis são professores. Há 13 psicólogos, um especialista em Música e um em Ciência da Motricidade. Outro aspecto a ser observado é que, dos 21 especialistas, apenas 12 são brasileiros.

Uma dessas especialistas, psicóloga, pergunta: “Devemos ensinar as crianças a ler textos fáceis com palavras familiares? Sim, claro. É desse modo que elas desenvolvem fluência e automatismo” (Brasil, 2019, p. 30). Diante disso, pode-se compreender que os processos de alfabetização passam pelos efeitos de discursos psicológicos, tendo a neurociência como a base das evidências científicas apontadas na PNA. Há ainda um último comentário, também de uma psicóloga, dizendo que “os cientistas que estudam a instrução e aquisição da literacia realizaram pesquisas que dão respostas definitivas a essas perguntas e descartam opiniões incorretas” (Brasil, 2019, p. 31). Esta observação demonstra a preponderância da Ciência – única e singular – sobre quaisquer outros saberes.

As enunciações da PNA retomam a discussão sobre a aprendizagem, especialmente considerando a influência da Psicologia no discurso educacional, evidência já anunciada por autores como Silva (1998) e Aquino (2014). Sob outra ótica, Aquino (2014) discutiu a aliança psi-educacional para desconstruir o sujeito psicopedagógico. O autor explica os modos de relação entre Psicologia e educação, conceituando a Psicologia educacional como um campo que descreve os processos de aquisição cognitiva para fins de aperfeiçoamento da ação docente. Nesta direção, a Psicologia escolar emerge como área disposta a auxiliar o professor a ampliar suas competências. Isso faz com que proliferem enunciações do discurso da Psicologia na área da Educação, ganhando até mesmo estatuto de verdade.

Para compreender melhor o governo psi e a influência da Psicologia na educação, apoiemo-nos em Rose (1998, 2008). Ao discutir a formação do eu privado, o autor estabelece três aspectos pelos quais a administração do eu contemporâneo pode ser explicada. Primeiro, o pesquisador entende que as subjetividades são incorporadas aos objetivos dos poderes públicos. Quer dizer, “os governos têm formulado políticas, movimentado toda uma maquinaria, estabelecido burocracias e promovido iniciativas para regular a conduta dos cidadãos através de uma ação sobre suas capacidades e

propensões mentais” (Rose, 1998, p. 31). Esse aspecto de governo do sujeito tem manifestações mais recorrentes que o autor elenca como “o complexo dirigido à criança: o sistema de bem-estar infantil, a escola, o sistema jurídico juvenil e a educação e vigilância dos pais” (Rose, 1998, p. 31).

O autor aponta, em segundo lugar, o papel que as empresas, escolas e fábricas têm de envolver a “administração calculada das forças e potências, humanas, em busca dos objetivos da instituição” (Rose, 1998, p. 32). O uso da subjetividade como mote de aumento da produção, seja de trabalho ou de conhecimento, é explicado: “a intersubjetividade se tornou central para a autoridade gerencial. Isto é, a vida organizacional adquiriu um matiz psicológico” (Rose, 1998, p. 32).

O terceiro aspecto de administração do eu é a expertise da subjetividade (Rose, 1998). O autor salienta a influência de grupos profissionais de saúde, como psicólogos, psicoterapeutas e terapeutas de diferentes organizações, em que cada um compreende uma forma diferente de “classificar e medir a psique, ao predizer suas vicissitudes, ao diagnosticar as causas de seus problemas e ao prescrever remédios” (Rose, 1998, p. 32). Essas técnicas de compreender os aspectos psicológicos do sujeito permitem que orientem nossas escolhas e nossa forma de agir, fazendo com que nos tornemos seres intensamente subjetivos. A expertise da subjetividade à qual o autor se refere estimula a autoconsciência, produzindo “indivíduos que estejam ‘livres para escolher’, cujas vidas se tornam válidas na medida em que estão imbuídos com sentimentos subjetivos” (Rose, 1998, p. 35).

Seguindo as reflexões de Rose (1998, 2008), autores como Carvalho e Lima (2016) elucidam que cada vez mais percebemos articulações entre o discurso psicológico e o discurso das neurociências. Para eles, “os conhecimentos psicológicos não estão sendo deslocados nem substituídos, pelo contrário, estão sendo sustentados e têm granjeado uma maior objetividade por meio de uma referência ao cérebro” (Carvalho; Lima, 2016, p. 808). Entendemos, portanto, que a PNA, ao definir a ciência cognitiva como campo que estuda a mente e sua relação com o cérebro está validando e legitimando tais saberes e usando-os como forma de governamento na área da alfabetização.

Respalhada pelas ciências cognitivas e pela Psicologia, a PNA aponta que a aprendizagem estará garantida por meio de acompanhamento, reforço e exercícios, sendo papel do educador identificar possíveis dificuldades dos estudantes para corrigi-las. Ou seja, essas áreas tornam-se estratégias de administração, “partindo de julgamentos que buscavam objetividade, neutralidade e, desta maneira, efetividade” (Rose, 1998, p. 158). A escola, então, é marcada por novas tecnologias cerebrais que ajudam a compreender o funcionamento do cérebro, incluindo o que nele acontece durante a aprendizagem da leitura e da escrita. Em específico, para a PNA, as novas tecnologias de conhecimento do cérebro possibilitam “que a leitura deve ser objeto de um ensino explícito em suas diferentes dimensões e que, para alcançar as habilidades de bom leitor, é necessário que a atividade seja repetida de modo regular e frequente, a fim de se tornar automática” (Brasil, 2019, p. 28).

Até este ponto procuramos delinear, com a emergência de uma sociedade educativa, o deslocamento do ensino para a aprendizagem e a presença do discurso psicológico e do discurso da neurociência na reprodução de sentidos sobre as docências dos professores alfabetizadores mobilizados pela PNA. Assim, percebemos que o ensino

explícito e a automatização ganham força, sendo posicionados como garantias da aprendizagem dos estudantes, ou seja, as ciências psicológicas favoreceram as técnicas para o governo da alma (Rose, 1998). Apoiadas em Rose (2008) e Aquino (2014), identificamos rastros da discursividade psi adentrando a PNA, constituindo modos de ser professor e de conceituar a aprendizagem dos processos de leitura e escrita com evidências científicas, talvez inaugurando o tão sonhado sucesso escolar.

Pensar sobre o sujeito professor, neste artigo, levou-nos a refletir também sobre a escola e sobre o conhecimento gerado pela própria PNA: a escola sendo uma “‘empresa educadora’, administrada conforme os princípios da nova gestão e submetida à obrigação de apresentar resultados e inovações” (Dardot; Laval, 2017, p. 23); o conhecimento como “uma ferramenta que serve a um interesse individual ou a uma soma de interesses individuais” (Dardot; Laval, 2017, p. 17). Em efeito, a leitura dos materiais da PNA, com as lentes do referencial teórico adotado, nos permitiu compreender a escola como uma instituição que necessita apresentar bons resultados, como bons índices de alfabetização. Já o conhecimento, como a aquisição da leitura e da escrita, passa a ser fruto de interesses e capacidades individuais, com poucas menções à importância do trabalho em grupo e aos interesses coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, que finaliza o artigo, temos o propósito de apresentar algumas implicações do estudo realizado para a área da educação, em especial para os processos de alfabetização e para as docências instituídas pela PNA. Em primeiro lugar, importa justificar as razões de examinar e divulgar resultados de uma pesquisa envolvendo uma política educacional que não está mais em vigor no país. Com efeito, com a publicação do Decreto nº 11.566, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, revogou-se o Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituía a PNA (Brasil, 2023). Ainda que tenha sido revogado, permanece o registro documental de uma política que vigorou no Brasil durante três anos. Os efeitos sobre os processos de alfabetização das crianças e mecanismos de condução de condutas sobre os modos de ser docente ainda serão percebidos nas escolas, uma vez que os documentos e materiais disseminados pela PNA seguem em circulação.

O segundo elemento a ser pontuado refere-se aos processos de alfabetização instituídos pela PNA. Mesmo não sendo o objeto central de nossa pesquisa, percebemos que a referida política restringe a alfabetização a uma atividade mecânica que não considera elementos culturais, sociais ou políticos, como mostraram também as investigações de Almeida (2022) e Alves (2021). Além disso, como apontado no estudo de Nörnberg (2020), observamos que a PNA faz circular elementos discursivos, tais como: a presença significativa de enunciados provenientes da área da Psicologia, a disseminação de cursos de curto período fora das instituições escolares, propagando a noção de que a educação pode ocorrer em qualquer lugar e a constituição de uma cultura de controle e de prestação de contas “que resultam em protocolos educacionais cada vez mais prescritivos e reguladores das práticas de ensino” (Nornberg, 2020, p. 6). Essas marcas ajudam a produzir o entendimento de que a PNA retrata uma formação homogeneizadora dos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, que ocorre do

mesmo modo e com o mesmo método para todas as crianças. Assim, a PNA institui-se como uma verdade que captura os sujeitos escolares quanto às formas de se alfabetizar, excluindo outros modos de pensarmos os processos de alfabetização.

O terceiro elemento a ser destacado diz respeito à condução de condutas das docências. Como evidenciado no artigo, as enunciações produzidas pela PNA sobre os educadores os posicionam como gerenciadores do ensino, como guias e facilitadores de uma aprendizagem (individual) que ocorre nas crianças. Além disso, a docência passa a ser “controlada e regulada por meio da definição de pacotes educacionais e materiais de ensino produzidos por especialistas e comercializados por empresas educacionais” (Nornberg, 2020, p. 4), visando a melhores resultados nos testes e avaliações para medir o nível de desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Com isso, é possível afirmar que, por um lado, o mecanismo da PNA valoriza os professores, mas refere-se a eles como insuficientes. Percebemos isso pelos trechos dos documentos da PNA indicando que a formação docente não é suficiente, que o professor não reconhece os avanços da ciência como parte do ensino e, principalmente, que não favorece o sucesso da alfabetização e o bem-estar econômico atrelado a isso.

Desta forma, entre os muitos significados que poderíamos atribuir às enunciações sobre o professor e a docência, constatamos que a PNA ocasiona, entre outros aspectos, a “desintelectualização” da carreira docente, pois o educador torna-se um aparato do Estado para atingir as estatísticas de alfabetização seguindo um determinado método. A formação docente, nesse sentido, constrói-se a partir do que se deseja que os professores saibam para mobilizar a aprendizagem dos alunos, descaracterizando a formação como experiência humana de conhecimento, descaracterizando o professor como sujeito que pode escolher o que deseja na condição de profissional que estudou e que tem conhecimentos adquiridos de sua trajetória acadêmica e profissional. Ao invés disso, a PNA regula a liberdade docente a uma formação acadêmica que atenda às necessidades da política.

Para finalizar, consideramos pertinente destacar que nosso intuito não foi escrever sobre uma política educacional para dizer o que nela há de “bom” ou “ruim”, “certo” ou “errado”. Ou ainda, dizer qual processo de alfabetização e modo de ser docente deveriam ser adotados. Isso não seria coerente com nossas posições teóricas, políticas e pedagógicas. A intencionalidade dessa reflexão reside em pensar o impensável em educação, entender o que faz com que algo se materialize nos documentos e materiais da PNA. E, com isso, relativizar algumas práticas adotadas sem questionamento. Trata-se de refletir acerca dos limites e possibilidades de processos de alfabetização e de se pensar sobre as docências traçados por diferentes discursividades pedagógicas, colocando em curso movimentos de resistência ao calcificado e ao estabelecido. É simplesmente não seguir o fluxo...

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiani Inês de. *Política Nacional de Alfabetização: Possíveis implicações na formação do professor alfabetizador*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4772/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_FABIANI%20ALMEIDA_%20PNA-Poss%C3%ADveis%20implica%C3%A7%C3%B5es%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20professor%20alfabetizador.pdf. Acesso em 7 nov. 2023.

ALVES, Bárbara dos Santos. *O silenciamento da heterogeneidade das aprendizagens no programa Tempo de Aprender: algumas problematizações*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Lutetana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Educação, Canoas, 2021. Disponível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM317.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

- AQUINO, Julio Roberto Groppa. O controverso lugar da psicologia na educaço: aportes para a crítica da noço de sujeito psicopedagógico. *Psicologia, Ensino & Formaço*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 5-19, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612014000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2023.
- BIESTA, Gert. A *(Re)descoberta do ensino*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020.
- BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem* – educaço democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BRAGAMONTE, Patrícia Luciene de Albuquerque. *Governamentalidade neoliberal e os deslocamentos no eixo da inclusão nos discursos de alfabetizaço infantil da PNA (2019-2022)*. 2022. Tese (Doutorado em Educaço) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduaço em Educaço, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28234>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 110, p. 3, 13 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educaço. *Documento Referencial Técnico-Científico* – Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2023: Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educaço, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educaço. *GraphoGame*: manual do professor e do usuário. Brasília: MEC, 2021a. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/graphogame/pdf/graphogame_at.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educaço. Secretaria de Alfabetizaço. *Práticas de alfabetizaço*: livro do professor alfabetizador. Brasília: MEC, 2021b. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/livro-do-professor_03_09.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educaço. Secretaria de Alfabetizaço. *Conta pra mim*: guia de literacia familiar. Brasília: MEC: Sealf, 2020. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/conta-pra-mim-literacia.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educaço. Secretaria de Alfabetizaço. *PNA – Política Nacional de Alfabetizaço*. Brasília: MEC: Sealf, 2019.
- CARVALHO, Sérgio Resende; LIMA, Elizabeth Maria Freire A. Poderes da liberdade, governamentalidade e saberes psi: diálogos com Nikolas Rose (Parte 2). *Interface – Comunicaço, Saúde, Educaço*, Botucatu, v. 20, n. 58, p. 797-808, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0888>. Acesso em: 6 nov. 2023.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FABIS, Camila da Silva. *Efeitos da implementaço do (novo) Ensino Médio*: flexibilidade, entretenimento e a emergência de um currículo letificado. 2023. Tese (Doutorado em Educaço) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduaço em Educaço, Porto Alegre, 2023.
- FALEIRO, Betina Wiebusch. *Base Nacional Comum Curricular e seus efeitos na docência*: o esvaziamento do ofício de professor e o gerencialismo educacional. 2022. Dissertaço (Mestrado em Educaço) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduaço em Educaço, Porto Alegre, 2022.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educaço. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzg-g9t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2023.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, populaço*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.
- GALVÃO, Érica Raiane de Santana. *Política Nacional de Alfabetizaço*: conformidades e insurgências entre vozes discursivas. 2023. Dissertaço (Mestrado em Educaço) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educaço, Maceió, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10957>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- KAPPI, Ramona Graciela Alves de Melo. *Em tempos de reaprender o método fônico*: algumas problematizaço sobre a política nacional de alfabetizaço. 2021. Dissertaço (Mestrado em Educaço) – Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduaço em Educaço, Canoas, 2021. Disponível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM319.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- KLEIN, Delci Heinle. *IDEB e Maquinarias*: a produço, a quantificaço e a expresso da qualidade da educaço brasileira. 2017. Tese (Doutorado em Educaço) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduaço em Educaço, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/157576>. Acesso em: 7 nov. 2023.

LOCKMANN, Kamila. *Assistência social, educação e governamentalidade neoliberal*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

LUIZ, Maria Cecília; SILVA, Flávio Caetano da; BENGTON, Clarissa Galvão. Análise do discurso nas pesquisas em educação: perspectivas foucaultianas. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 425-437, maio/ago. 2019.

MANFRÉ, André. A educação sob a crítica de Foucault: educação positiva e governamentalidade. *Revista Debates Insubmissos*, Caruaru, v. 5, n. 18, p. 12-31, 2022. Doi: <https://doi.org/10.32359/debin2022.v5.n18.p12-31>. Acesso em: 12 mar. 2024.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. *O governo pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18256>. Acesso em: 6 nov. 2023.

NÖRNBERG, Marta. Políticas conservadoras e (des)intelectualização da docência. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15360>. Acesso em: 1º nov. 2022.

OLIVEIRA, Rosilene Batista. Os objetos no ensino e o movimento de tecnologia educacional no Brasil: a importância da utilização. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, v. 32, n. 101, p. 193-211, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2017.101.193-211>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 20, n. 2, p. 155-164, ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200002>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 30-45.

SANTOS, Alessandra Gonçalves dos. *Políticas de ensino e alfabetização: disputas, materiais didáticos e processos de subjetivação*. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/16695>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SANTOS, Priscilla Jessica Santiago. *A Política Nacional de Alfabetização e o avanço da agenda neoconservadora no Brasil (2019-2022)*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, 2023. Disponível em: <http://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/1187>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SOARES, Alessandro Cury; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. Outros espaços de aprendizagem: da máscara aos saberes sobre ciências. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, v. 32, n. 101, p. 125-141, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2017.101.125-141>. Acesso em: 12 mar. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Autor correspondente

Fernanda Wanderer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Programa de Pós-Graduação em Educação

Avenida Paulo Gama, s/nº, prédio 12.201 – 7º andar CEP 90046-900

Porto Alegre/RS, Brasil

fernandawanderer@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

